



CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



PODER LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI Nº 721/2025

PROPOSITURA: 2025.10000.10300.5.017674

AUTORIA: VER. EURICO TAVARES

SUBSCRITOR:

EMENTA: INSTITUI a Política Municipal Primeiro Contrato Jovem Manaus Geração Emprego, estabelece diretrizes para a inclusão de jovens aprendizes e estagiários nas contratações públicas municipais, e dá outras providências.

TRAMITAÇÃO

:



CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



GABINETE DO VEREADOR EURICO TAVARES

PROJETO DE LEI Nº ____/2025

INSTITUI a Política Municipal Primeiro Contrato Jovem Manaus Geração Emprego, estabelece diretrizes para a inclusão de jovens aprendizes e estagiários nas contratações públicas municipais, e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Manaus, a Política Municipal Primeiro Contrato Jovem Manaus – Geração Emprego, destinada a promover a inserção profissional de jovens de 16 (dezesseis) a 24 (vinte e quatro) anos por meio de diretrizes de contratação sustentável e de estímulos à aprendizagem e ao estágio nas contratações públicas municipais.

Art. 2º A Política observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e do desenvolvimento nacional sustentável, sendo compatibilizada com a legislação federal de contratações públicas e normas correlatas, sem criação de estruturas, cargos ou funções.

Art. 3º Constituem diretrizes da Política:

I – prioridade para jovens da rede pública de ensino, de áreas de vulnerabilidade social e beneficiários de programas sociais, cujos critérios serão objetivamente definidos em regulamento;

II – incentivo à aprendizagem (Lei nº 10.097/2000) e ao estágio (Lei nº 11.788/2008), com trilhas de capacitação e tutoria;





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



GABINETE DO VEREADOR EURICO TAVARES

III – metas referenciais de participação juvenil nos contratos, a serem definidas e graduadas em regulamento, consideradas a natureza do objeto, a viabilidade técnica e o porte da contratada, as quais deverão buscar a ampliação progressiva da participação juvenil, com percentuais diferenciados que considerem as especificidades de Microempreendedores Individuais (MEI) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), observando, no mínimo, os percentuais da legislação federal e buscando percentuais superiores sempre que possível;

IV – articulação, na forma do regulamento, com a Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer (SEMJEL), a Secretaria Municipal de Trabalho, Empreendedorismo e Inovação de Manaus (SEMTEPI/Sine Manaus), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Amazonas (SENAI-AM), o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e o Instituto Federal do Amazonas (IFAM) para triagem, formação e mentoria;

V – transparência e monitoramento de resultados, inclusive retenção em 6 (seis) e 12 (doze) meses.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a estabelecer, em regulamento, mecanismos de fomento e valorização da inserção de jovens na execução de contratos administrativos, por meio de condições e critérios de habilitação ou de julgamento de propostas, nos editais que adotem os critérios de melhor técnica ou técnica e preço, respeitadas as previsões da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas pertinentes.

§1º Os referidos mecanismos deverão ser objetivos, proporcionalizados e devidamente justificados no regulamento, observando o limite máximo e os parâmetros de comprovação documental a serem definidos, de modo a preservar a competitividade, a isonomia entre os licitantes e a vinculação ao objeto contratual.

§2º O regulamento disporá sobre os modelos de comprovação da inclusão de jovens





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



GABINETE DO VEREADOR EURICO TAVARES

(aprendiz/estágio) e sobre a forma de verificação periódica de seu cumprimento, incluindo a possibilidade de auditorias e fiscalizações *in loco*.

Art. 5º Para implementar a Política, o Poder Executivo poderá:

I – editar decreto estabelecendo modelos de cláusulas-padrão, faixas de pontuação, fluxos digitais de comprovação e indicadores;

II – firmar termos de cooperação com entidades de ensino, formação e intermediação de mão de obra juvenil;

Art. 6º O regulamento designará as unidades administrativas competentes para a coordenação, o monitoramento e a avaliação da Política, sem criação de novas estruturas e com aproveitamento de recursos humanos e tecnológicos já existentes.

Art. 7º A Administração poderá publicar relatórios periódicos e painel público com dados de contratos abrangidos, número de jovens inseridos e taxas de retenção, na forma do regulamento.

Art. 8º O Poder Executivo realizará o monitoramento contínuo da Política Municipal Primeiro Contrato Jovem Manaus – Geração Emprego e promoverá avaliações periódicas de impacto, com periodicidade mínima bienal, para aferir sua efetividade, identificar desafios e propor ajustes, divulgando os resultados em painel público.

Art. 9º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I – Jovens, pessoas com idade entre 16 (dezesesseis) e 24 (vinte e quatro) anos, nos termos do Art. 1º desta Lei;

II – Jovem Aprendiz é aquele contratado nos termos da Lei Federal nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, e do Decreto Federal nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, e suas atualizações;





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



GABINETE DO VEREADOR EURICO TAVARES

III – Estagiário é aquele contratado nos termos da Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e suas atualizações;

IV – Áreas de Vulnerabilidade Social são os locais e comunidades que apresentem indicadores socioeconômicos abaixo da média municipal, ou que sejam objeto de programas específicos de combate à pobreza e exclusão social, conforme critérios objetivos a serem definidos em regulamento.

Art. 10 O descumprimento das condições de inserção juvenil, estabelecidas com base nesta Lei e nos respectivos contratos administrativos, sujeitará a empresa contratada às sanções previstas no edital e no contrato, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras legislações específicas.

§1º O regulamento disporá sobre os procedimentos de apuração do descumprimento e sobre a gradação das penalidades, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

§2º As sanções poderão incluir, mas não se limitar a, advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, ou declaração de inidoneidade, conforme a gravidade e reincidência da infração.

Art. 11 A execução desta Lei não implica aumento de despesa pública direta, nem criação de cargos, funções, gratificações ou estruturas, devendo ocorrer com os meios já disponíveis na Administração.

Art. 13 O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei para sua fiel execução.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



GABINETE DO VEREADOR EURICO TAVARES

Manaus/AM, 21 de outubro de 2025.

EURICO TAVARES - VEREADOR - PSD/AM

Av. Padre Agostinho Caballero Martin, 850 - Santo Antônio Manaus - AM | 69029-120
www.cmm.am.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE POR:

EURICO DE ANGELO TAVARES - 006.418.992-97 EM 29/10/2025 20:49:57

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : 0428D305001AF3CB . CONSULTE EM <https://camaradigital.cmm.am.gov.br/verificador>





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



GABINETE DO VEREADOR EURICO TAVARES

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo instituir, no âmbito do Município de Manaus, a Política Municipal **Primeiro Contrato Jovem Manaus – Geração Emprego**, um marco regulatório que visa promover a inserção profissional de jovens de 16 (dezesesseis) a 24 (vinte e quatro) anos, por meio de diretrizes de contratação sustentável e de estímulos à aprendizagem e ao estágio nas contratações públicas municipais. Esta iniciativa se alinha aos mais urgentes anseios da sociedade manauara e representa um avanço estratégico na busca por um desenvolvimento municipal mais inclusivo e equitativo.

É de conhecimento público que a transição da juventude para o mercado de trabalho formal é um dos maiores desafios enfrentados pela nossa sociedade. A falta de experiência profissional, a carência de qualificação específica e as barreiras socioeconômicas frequentemente impedem que muitos jovens, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade, consigam seu "primeiro contrato", perpetuando ciclos de desemprego e subemprego. A exclusão juvenil do mercado de trabalho não apenas retarda o desenvolvimento individual e familiar, mas também impacta negativamente o potencial de crescimento econômico e social do Município como um todo.

Nesse contexto, o Poder Público Municipal, detentor de um significativo poder de compra e indutor de diversas atividades econômicas através de suas contratações, possui um papel fundamental e estratégico para reverter esse cenário. Ao incorporar critérios de responsabilidade social em seus processos licitatórios, o Município de Manaus não apenas cumpre seu dever de promover o bem-estar social, mas também fomenta a qualificação profissional de sua juventude, investindo no futuro da cidade.

A Política Primeiro Contrato Jovem Manaus – Geração Emprego está alicerçada em princípios constitucionais e legais que regem a Administração Pública, como a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e, crucialmente, o desenvolvimento nacional sustentável, conforme preconizado no Art. 3º e Art. 170 da

Av. Padre Agostinho Caballero Martin, 850 - Santo Antônio Manaus - AM | 69029-120
www.cmm.am.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE POR:

EURICO DE ANGELO TAVARES - 006.418.992-97 EM 29/10/2025 20:49:57

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : 0428D305001AF3CB . CONSULTE EM <https://camaradigital.cmm.am.gov.br/verificador>





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



GABINETE DO VEREADOR EURICO TAVARES

Constituição Federal, e agora reforçado na Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

Entre os principais pilares e benefícios desta proposta, destacam-se:

Inserção Prioritária de Jovens Vulneráveis: O Projeto de Lei estabelece, no Art. 3º, inciso I, a prioridade para jovens oriundos da rede pública de ensino, de áreas de vulnerabilidade social e beneficiários de programas sociais. Esta diretriz assegura que a política alcance aqueles que mais necessitam de apoio para sua inserção profissional, promovendo a equidade e a redução das desigualdades sociais em Manaus.

Estímulo à Aprendizagem e ao Estágio Qualificado: Ao incentivar formalmente as modalidades de aprendizagem (Lei nº 10.097/2000) e estágio (Lei nº 11.788/2008), o Projeto de Lei garante que a inserção profissional dos jovens ocorra de forma estruturada, com o devido acompanhamento, capacitação e tutoria (Art. 3º, inciso II). Isso não apenas qualifica a mão de obra jovem, mas também a prepara para desafios futuros, contribuindo para a sustentabilidade de sua trajetória profissional.

Utilização Estratégica do Poder de Compra Municipal: O Art. 4º autoriza o Poder Executivo a estabelecer, em regulamento, mecanismos de fomento e valorização da inserção de jovens na execução de contratos administrativos. Isso significa que empresas licitantes que demonstrem compromisso com a contratação de jovens aprendizes e estagiários poderão ter suas propostas valorizadas em editais que adotem critérios de melhor técnica ou técnica e preço. Este mecanismo induz o mercado a adotar práticas mais inclusivas, sem comprometer a competitividade ou a isonomia, que serão salvaguardadas por critérios objetivos e proporcionais definidos em regulamento.

Parcerias Estratégicas para Efetividade: A proposta prevê a articulação com instituições educacionais e de intermediação de mão de obra, como SEMJEL, SEMTEPI/Sine Manaus, SENAI-AM, CIEE, IEL, UEA e IFAM (Art. 3º, inciso IV). Esta colaboração multissetorial é crucial para garantir a triagem adequada, a formação de





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



GABINETE DO VEREADOR EURICO TAVARES

qualidade e a mentoria necessária aos jovens, otimizando os recursos e a expertise de cada parceiro.

Transparência, Monitoramento e Avaliação: A Política estabelece a necessidade de transparência, monitoramento contínuo e avaliação periódica de impacto (Art. 3º, inciso V; Art. 7º e Art. 8º). Relatórios públicos e painéis de dados permitirão à sociedade e aos órgãos de controle acompanhar a efetividade da Lei, garantindo a prestação de contas e a possibilidade de aprimoramento constante da política.

Neutralidade Orçamentária e Sustentabilidade: Conforme o Art. 11, a execução desta Lei não implicará aumento de despesa pública direta, nem criação de novos cargos, funções ou estruturas. A política será implementada com os meios já disponíveis na Administração, demonstrando sua viabilidade e responsabilidade fiscal.

Previsão de Sanções: Para garantir a seriedade e a efetividade da Política, o Art. 10º estabelece que o descumprimento das condições de inserção juvenil por parte das empresas contratadas sujeitará as mesmas a sanções, conforme previsto nos editais e contratos, alinhando-se à Lei de Licitações.

Em suma, a Política Municipal Primeiro Contrato Jovem Manaus – Geração Emprego, representa uma iniciativa inovadora e estratégica para o Município de Manaus. Ela transforma o poder de compra da Administração Pública em um motor de inclusão social e qualificação profissional, beneficiando diretamente a juventude manauara, as empresas e a economia local. Ao investir na formação e no emprego dos nossos jovens, estamos construindo um futuro mais próspero, justo e sustentável para toda a cidade.

Contando com o apoio de Vossas Excelências para a aprovação desta importante matéria, que certamente deixará um legado duradouro de oportunidades para as futuras gerações de Manaus.





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



GABINETE DO VEREADOR EURICO TAVARES

Manaus/AM, 21 de outubro de 2025.

EURICO TAVARES - VEREADOR - PSD/AM

Av. Padre Agostinho Caballero Martin, 850 - Santo Antônio Manaus - AM | 69029-120
www.cmm.am.gov.br



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE POR:

EURICO DE ANGELO TAVARES - 006.418.992-97 EM 29/10/2025 20:49:57

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : 0428D305001AF3CB . CONSULTE EM <https://camaradigital.cmm.am.gov.br/verificador>



CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE REDAÇÃO E REVISÃO
SEÇÃO DE EMENTÁRIO E PESQUISA

RESULTADO DE PESQUISA N. 18624/2025

TIPO	PL
EMENTA	INSTITUI a Política Municipal Primeiro Contrato Jovem Manaus Geração Emprego, estabelece diretrizes para a inclusão de jovens aprendizes e estagiários nas contratações públicas municipais, e dá outras providências.
AUTORIA	Ver. EURICO TAVARES
RESULTADO DA PESQUISA	Foram identificados, na pesquisa da Divisão de Redação e Revisão, os seguintes registros: Projeto de lei nº 031/2025 de autoria do vereador Marco Castilhos que Institui o Selo Empresa Parceira da Cidade na Geração do Primeiro Emprego (tramitando) Lei n. 717, de 18 de novembro de 2003 que DISPÕE sobre a implantação, no âmbito do Município de Manaus do Programa Experiência e Emprego, e dá outras providências.
SITUAÇÃO	Pesquisa Realizada

Manaus, 22 de outubro de 2025.

Antônio José da Silva
Chefe da Divisão de Redação e Revisão

Av. Padre Agostinho Caballero Martin, 850 – São Raimundo
Manaus - AM | 69029-120
Tel.: 3303-2929

www.cmm.am.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE POR:

ANTONIO JOSE DA SILVA - 615.763.872-91 EM 23/10/2025 11:45:51

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : 5CD0860D001AF3CC . CONSULTE EM <https://camaradigital.cmm.am.gov.br/verificador>





CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



PODER LEGISLATIVO

Propositura 2025.10000.10300.5.017674
Data 31/10/2025

TRAMITAÇÃO

Propositura Nº 2025.10000.10300.5.017674

Origem

Unidade DIRETORIA LEGISLATIVA - DILEG
Enviado por KARIME PRINCIPAL DE OLIVEIRA
RIBEIRO
Data 31/10/2025

Destino

Unidade DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO -
DVAPL (SAP)
Aos cuidados de KAREN TIUBA DE JESUS SALES

Fase

Fase SEM ALTERAÇÃO
Despacho ENVIADO PARA ANÁLISE E
PROVIDÊNCIAS